



**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE VISEU, “COMEMORATIVA  
DO TRIGÉSIMO SEXTO ANIVERSÁRIO DA  
REVOLUÇÃO DO VINTE E CINCO DE  
ABRIL”, DE DOIS MIL E DEZ**

----- No dia vinte e cinco de Abril de dois mil e dez, teve lugar no Auditório da Junta de Freguesia de Ranhados (Sede da Junta de Freguesia), a Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às dez horas e quarenta e três minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida (justificada), Alexandre João Oliveira Gonçalves dos Santos, Amaro dos Santos Carreira, César Figueiredo Fernandes, Dário de Almeida da Costa, Carlos Fernando Ermida Rebelo, Fernando Manuel Leitão de Almeida, José Pais Ferrão (justificada), Manuel de Almeida Pereira, Marco Alexandre Ferreira Rodrigues e Patrícia Alexandra Almeida Monteiro. -----

----- Verificada a existência de quórum, o SENHOR PRESIDENTE DA MESA inicia a Sessão dizendo: “Muito bom dia a todos. Vamos dar início à nossa Sessão Extraordinária comemorativa do “Trigésimo Sexto Aniversário do Vinte e Cinco de Abril”. Quereria, antes de mais, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta, todos os nossos Convidados, os Cidadãos da Freguesia de Ranhados e, desde já, agradecer na pessoa do Senhor Professor Mateus, toda a hospitalidade habitual e esta magnífica sala que tinha preparada para nós hoje realizarmos esta Sessão. Cumprimentar também o Senhor Professor Francisco Sarsfield Cabral, que já se encontra entre nós, que é hoje o nosso convidado de honra nesta Sessão Comemorativa do vinte e cinco de Abril. A nossa Convocatória de hoje tem dois pontos. Tem um ponto com a intervenção dos representantes dos Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal: Bloco de Esquerda; CDS/PP; PS; PSD; intervenção do Presidente da Assembleia Municipal e depois, seguir-se-á a Conferência do Senhor Professor Francisco Sarsfield Cabral. Para as boas-vindas eu daria a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados, Senhor Professor António Mateus”. -----

----- SENHOR PROFESSOR ANTÓNIO MATEUS DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS (PDS) - No Uso da palavra profere as seguintes palavras: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhores Vereadores, Digníssimos Membros da Assembleia Municipal, Entidades Cívicas e Militares presentes, Excelentíssimo Presidente da Assembleia de Freguesia, Excelentíssimos Senhores representantes das Instituições da Freguesia, Senhores representantes da Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. Em nome da Freguesia de Ranhados começo por apresentar as minhas saudações amigas e dar as boas vindas a esta hospitaleira terra que, sempre soube receber com dignidade as pessoas que a visitam. Sentimo-nos muito honrados por receber tão altas Individualidades, por isso, o nosso bem-haja pela vossa presença. Quero endereçar um agradecimento muito especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Doutor Almeida Henriques, por se ter lembrado desta Freguesia para palco desta Assembleia Extraordinária comemorativa



do vinte e cinco de Abril. Quero fazer uma saudação, igualmente especial, ao Senhor Doutor Francisco Sarsfield Cabral que nos vem ajudar a reflectir sobre o centenário da República e para os ranhadenses é uma grande honra tê-lo entre nós, seja bem-vindo. Estamos aqui neste Salão Nobre, para lembrar os trinta e seis anos da “Revolução de Abril”, que trouxe ao povo português o caminho de liberdade, de desenvolvimento e democracia. Foi graças a este espírito revolucionário que foi possível no dia dois de Dezembro de mil novecentos e setenta e seis, pela primeira vez, a eleição através do voto livre democrático, dos órgãos mais directos e mais próximos das populações. Criava-se assim, o poder autárquico democrático que, ao longo destes trinta e seis anos de existência, primeiro pela proximidade com os cidadãos tem contribuído para o desenvolvimento das cidades, vilas e aldeias do nosso País, melhorando, desta forma, a qualidade de vida das populações. A criação do Regime Democrático em Portugal trouxe consigo uma relação de proximidade das Juntas de Freguesia com as comunidades que elegeram e a servem, permitindo verificar com mais rapidez os problemas existentes, dando nossas respostas imediatas. A valorização do papel do Presidente da Junta é pois, uma conquista de Abril. Neste contexto, não podia deixar de lembrar a importância dos “Capitães de Abril”, e refiro-me aqui ao Senhor Major Costeira aqui presente, pelo sacrifício que tiveram em prol de todos os portugueses. Este reconhecimento está perpetuado na nossa Freguesia de Ranhados, através da iniciativa da Câmara Municipal de Viseu, ao homenagear estes heróis atribuindo o seu nome à Avenida dos Capitães de Abril. Termino renovando as minhas saudações amigas que reflectem, com toda a certeza, o sentir de todos os ranhadenses. Muito obrigado”.

----- O Senhor Presidente da Mesa profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Professor Mateus. Antes de dar a palavra aos representantes dos Partidos, queria fazer também uma referência à Escola Profissional Mariana Seixas, que na colaboração que tem com a Assembleia Municipal, está a transmitir em directo, através da Internet, esta Sessão num hábito que vamos cultivando de alargar a participação dos cidadãos, que estejam em casa ou noutra local qualquer, portanto, queria publicamente fazer o reconhecimento. Estão aqui alunos e professores da Escola numa boa inter-actividade, colocando em prática os conhecimentos que estão a aprender. Na pessoa do Doutor Rui Santos, que é o Director da Escola, queria deixar aqui o meu agradecimento público. Ao mesmo tempo, fazer aqui também uma referência ao nosso “Capitão de Abril” aqui presente, Senhor Coronel Costeira e as demais pessoas representantes do Regimento de Infantaria de Viseu, porque de facto, teve uma importância decisiva em toda este processo e, ainda hoje, no desenvolvimento de Viseu é um elemento essencial. Iria então agora dar a palavra aos representantes dos Partidos. Começo dando a palavra ao Senhor representante do Bloco de Esquerda”.

----- **SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES, REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO BLOCO DE ESQUERDA** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais, restante Público presente e Entidades Oficiais. Este ano comemoramos o vinte e cinco de Abril sob o signo do centenário da República. De certo modo, o vinte e cinco de Abril constituiu uma restauração do regime republicano, já que o salazarismo fez da República uma paródia, a começar pelos presidentes da República, “fantoques” de Salazar e Caetano, como os marechais Carmona e Craveiro Lopes e o almirante Tomás. Em bom rigor, o Vinte e Cinco de Abril iniciou a Segunda República, logo, não comemoramos o centenário da República, mas sim o centésimo aniversário da revolução republicana. O cinco de Outubro de mil, novecentos e dez e o vinte e cinco de Abril de mil, novecentos e setenta e quatro têm, desde logo, uma coisa em comum: ambas as revoluções sofreram reversões e



não chegaram a cumprir todos os seus objectivos. Como de resto admitiu uma historiadora, comissária das comemorações nacionais do centenário da República, ficou por cumprir a democracia e a igualdade. A República teve imensos sucessos no campo da cultura e do ensino. O acesso à cultura democratizou-se, sobretudo nas grandes cidades, muito devido às associações culturais. Criaram-se universidades livres e populares, frequentadas por operários e outras classes trabalhadoras. A lei do divórcio pôs fim a situações prolongadas de opressão e discriminação da mulher e a laicização do Estado permitiu a liberdade de culto às religiões não católicas (até aí com restrições) mas não encontrou o justo equilíbrio e descambou para um anticlericalismo primário. Os republicanos, acantonados nas cidades e cercados pela resistência monárquica e oligárquica, aliada à Igreja católica conservadora, que influenciavam o mundo rural, tolhido pelo analfabetismo, não lograram modernizar e industrializar o país, nem democratizar o sistema político, nem fazer a reforma agrária; antes passaram a reprimir ferozmente as reivindicações dos operários, limitaram o direito de voto aos homens adultos letrados, negando-o às mulheres, reduzindo para metade os cidadãos recenseados e ainda fizeram dos portugueses carne para canhão na primeira guerra mundial inter-imperialista. Em Abril de mil, novecentos e setenta e quatro derrubou-se um regime isolado e caduco com uma ideologia anacrónica que só sobrevivia pela repressão feroz, pela PIDE, pela censura, pela manutenção do analfabetismo e da ignorância. Tal como no cinco de Outubro de mil, novecentos e dez foram as classes populares de Lisboa (caixeiros, funcionários públicos, artesãos, empregados do comércio e serviços, operários, soldados, marinheiros, cabos e sargentos), organizados pela Carbonária, que levantaram barricadas na rua e quebraram a hesitação da elite do Partido Republicano e dos conspiradores militares de mais altas patentes, também no vinte e cinco de Abril de setenta e quatro foi o povo na rua que ousou transformar um golpe de Estado militar para acabar com a guerra colonial – face à derrota iminente – numa revolução, forçando a libertação de todos os presos políticos e a prisão dos pides, lutando e exigindo as conquistas sociais de que ainda hoje beneficiamos, mal grado todas as involuções: direito ao trabalho, salário mínimo nacional, descanso semanal, férias pagas, protecção do trabalho das mulheres durante a gravidez e o parto, “trabalho igual, salário igual” como um direito das mulheres, liberdade sindical, direito à greve, direito à segurança social, o Serviço Nacional de Saúde e ensino básico universal, geral e gratuito. A Revolução Republicana acabou com uma monarquia decadente que Guerra Junqueiro no seu livro “Pátria”, escrito em mil, oitocentos e noventa e seis, descrevia desta forma: *“Um povo resignado, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta de nora, aguentando pauladas, sacos de vergonha, feixes de miséria, sem uma rebelião, um mostrar de dentes, a energia de um coice (...). Uma burguesia cívica e politicamente corrupta até à medula, não discriminando já o bem do mal, sem palavras, sem vergonha, sem carácter, donde provém que na política portuguesa mudam, entre indiferença geral, escândalos monstruosos (...). A Justiça ao arbítrio da política, torcendo-lhe a vara ao ponto de fazer dela saca-rolhas (...) Dois partidos (...) sem ideias, sem planos, sem convicções, incapazes (...) vivendo ambos do mesmo utilitarismo céptico e perverso, análogos nas palavras, idênticos nos actos, iguais um ao outro como duas metades do mesmo zero e não se amalgamando e fundindo, apesar disso, pela razão que alguém deu no Parlamento: de não caberem todos numa vez na mesma sala de jantar (...).”* A actualidade arrepiante destas palavras, cento e catorze anos depois, merecem-nos uma reflexão. Por aquela altura até Eça de Queiroz, numa carta a Ramalho Ortigão, só encontrava uma saída: “Uma tirania!” e o grupo a que ambos pertenciam, Os Vencidos da Vida, reclamava mais poder para o rei e menos poder para o Parlamento. Também hoje, a pretexto da crise económica, social e ética do regime, há quem reclame o presidencialismo, denigre o parlamentarismo e exija a revisão da Constituição para acelerar o desmantelamento do que resta das conquistas de Abril. A privatização dos serviços públicos, mesmo o dos



correios (que foi um desastre na Alemanha) e dos transportes ferroviários (que também deu fiasco no Reino Unido), bem como a redução dos salários e do subsídio de desemprego, previstos no Programa de Estabilidade Crescimento, e as propostas da direita de cortar cento e trinta milhões de euros no Rendimento Social de Inserção, só servirão para acelerar o desastre económico e o aumento das desigualdades sociais, o fosso entre ricos e pobres. O Bloco de Esquerda tem uma alternativa para sair da crise e do pântano em que o Bloco Central atolou o país. No Parlamento, apresentámos, em resposta ao PEC do governo, “quinze medidas para uma economia decente”. Destas destacamos o investimento de cinco mil milhões ao longo de três anos, para reabilitar duzentos mil casas degradadas e desocupadas, que criaria sessenta mil postos de trabalho directos e impediria que os centros históricos de cidades como Viseu caíssem de podres sobre as cabeças dos seus moradores, perante a impotência e incúria das autarquias. Outra medida seria uma taxa de vinte e cinco por cento para todas as transferências para *off-shore* e a tributação em IRS de prémios extraordinários de gestores e administradores em cinquenta por cento. Mas a defesa do que resta das conquistas de Abril e a reposição do espírito republicano de liberdade, igualdade e fraternidade (herdado da revolução francesa) só se alcançará se o Povo (os trabalhadores, os desempregados e os estudantes) souber ser mais exigente e não deixar a política só para os políticos (mais ou menos profissionais), mas antes participar nos movimentos e organizações sociais (como sindicatos e associações) e nos partidos e movimentos políticos. O Bloco de Esquerda tem apresentado propostas, nomeadamente nesta Assembleia, para aprofundar a democracia participativa – condição insubstituível para estancar a corrosão da democracia representativa. Também temos procurado dignificar a democracia representativa, esforçando-nos por cumprir o melhor que sabemos e podemos o mandato que os eleitores de Viseu outorgaram ao Bloco de Esquerda. Nesta Assembleia Municipal já apresentámos propostas para que o período reservado ao público seja não no fim, mas no início das sessões, para que os munícipes não tenham que esperar pelo fim das sessões, no caso de terem mais que fazer. Apresentámos duas moções, aprovadas por unanimidade, contra o encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois, em colaboração com o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que apresentou, atempadamente, na Assembleia da República, um projecto de resolução recomendando ao governo a suspensão do processo. Apresentámos uma moção contra a privatização dos CTT, prevista no PEC do Governo, aprovada sem votos contra. Defendemos o Ensino Superior Público para Viseu, propondo o reforço do Instituto Politécnico, de modo a que este se desenvolva e se venha a transformar numa Universidade Politécnica, aproveitando todas as potencialidades das suas escolas, nomeadamente da Escola Superior de Saúde que poderia vir a transformar-se numa Faculdade de Medicina. Fomos o único partido a votar contra a proposta da Câmara Municipal que quer proibir radicalmente a publicidade nas esplanadas, esquecendo que os pequenos comerciantes são financiados pelas marcas, exactamente, para terem esplanadas, que é um serviço público que alguns municípios isentam de ocupação da via pública. Recomendámos à Câmara Municipal de Viseu a isenção de taxa de ocupação do espaço público para comerciantes e sociedades com um volume de vendas e prestações de serviços inferior a cento e cinquenta mil euros anuais, bem como a redução dos limites máximos exigidos para a discussão pública das operações de loteamento para metade das aprovadas pela Câmara e pela Assembleia Municipal que são de quatro hectares, cem fogos e dez por cento da população – um exagero! O Bloco apresentou na Assembleia Municipal de Viseu, na anterior legislatura, uma proposta uma proposta, aprovada por unanimidade, para que a toponímia da cidade de Viseu venha a incluir o nome de José Afonso. Esperamos que não seja preciso esperar pelo centenário do vinte e cinco de Abril para esta justa homenagem a um homem que personificou, melhor que ninguém, com a sua arte e o seu exemplo cívico, o espírito de Abril, augurando e lutando por uma terra de



fraternidade, sem muros nem ameias, onde o povo seja quem mais ordena. Vinte e cinco de Abril, Sempre! Muito obrigado”. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social/ Partido Popular. -----

----- **SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL, REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR:**

**Usa da palavra para intervir do seguinte modo:**

“Excelentíssimos Senhores Presidente e Membros da Assembleia Municipal de Viseu; Excelentíssimo Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Viseu; Excelentíssimos Senhores Convidados e restante público: Celebramos, hoje, mais uma vez, a data que simbolizou há trinta e seis anos, o início de um processo de conquista de direitos e liberdades que nos permitem estar aqui, com a reconhecida pluralidade de valores, a recordá-la, num acto próprio de uma sociedade democrata. Contudo, mais do que recordar o facto passado, importa pensar no presente e, com uma visão futura, perceber como tratamos essas conquistas, se as valorizamos ou teremos a capacidade de as perpetuar, mediante a actuação que temos quer enquanto membros activos da vida política quer, fundamentalmente, como cidadãos. É este exercício que nos cumpre, pelos dias que correm, fazer. Urge alertar a sociedade civil que o seu papel e a sua intervenção, mais do que um direito conquistado, é um dever e um princípio que todos devem partilhar e uma tendência que se deve generalizar, a fim de minimizar a fragilidade da construção de um país, região ou cidade sem ligações às suas gentes e, conseqüentemente, sustentar uma sociedade amorfa e silenciosa, que caminha ao sabor de ideais sociais, políticos, económicos e culturais de um sempre anunciado escol de individualidades que, ainda que merecedor desse estatuto, se encontram, muitas vezes, sem a visão e planeamento futuro que nos cabe assegurar. A simbologia deste dia, tem de servir, também, para reafirmar o papel das relações humanas e institucionais na construção desta sociedade interventiva. Aqui, relembramos a todos, que o primeiro passo está na consciencialização de que a democracia abriu espaço às decisões e vontades das pessoas que, por acção libérrima, têm a capacidade de decisão, assim a vontade e coragem os invada, catapultando-se como elemento chave na idealização e construção futura, abstraindo-se ou mesmo eliminando a dependência de poderosos interesses económicos e políticos que, dia após dia, são motivo de preocupação dos cidadãos e ao mesmo tempo, elemento justificativo do afastamento dos mesmos destas responsabilidades que lhes estão há anos incumbidas. Seria impossível fazer esta reflexão sem pensar nos mais jovens. A coragem que alguns assumem em querer ter um papel activo e interventivo na preparação do seu próprio futuro, não suprime a anunciada descrença e posterior afastamento de tudo o que tenha ligação a sectores como a política. Acreditamos, ainda assim, que este processo é reversível e que dando espaço aos diversos agentes para a criação de uma massa crítica mais livre e progressista acabará por ficar nas mãos dos mais novos, tornar possível as relações amigáveis em todas as circunstâncias do nosso viver comum, virar a sociedade para o auxílio mútuo e desinteressado, num clima de tolerância, capaz de suprimir as barreiras da desconfiança e suspeição, instaurando uma sociedade mais nobre e de proximidade com os meios de decisão. Cabe neste momento, em que se referiram os jovens, aludir à “jovem” República que, nos respeitosos cem anos que neste virar de década se comemoram, nos permite alicerçar a reflexão que atrás fizemos, acima de tudo, pelo princípio da participação e pelo exercício democrático que, hoje, vinca a sua postura aquando da eleição do seu principal representante, na tentativa de aproximar as pessoas das entidades com “poder”, elevando o real valor da sua capacidade de decisão enquanto cidadãos. Assim, reafirmamos que pela República e pelos seus objectivos instituídos, se mantenham os são princípios comunitários, o espírito de seriedade recíproca e de solidariedade entre instituições, visualizando os superiores interesses da mesma, inspirados na causa pública e no respeito



por essas mesmas instituições que lhe dão corpo. Mas, permitam retomar o pensamento no futuro, afinal também essa possibilidade nos abriu o vinte e cinco de Abril, com a certeza, assim o queiramos, que o amanhã somos todos nós que o fazemos e que é nossa crença, que este só trará algo de bom se alimentado pelo poder e a força de cada um, enquanto homem livre e com capacidade de iniciativa. O momento permite, ainda, que o desafio à construção de uma nova geração de intervenções sociais, de novas formas de participação activa na vida pública, de cooperação entre diversas entidades públicas e privadas, de actividade cívica como resposta aos anseios e necessidades de grande parte da população e como garantia das gerações vindouras, seja lançado. Aproveitemos o momento para fazer esta reflexão. Por nós, continuamos a acreditar nas posturas positivistas, tomaremos sempre e respeitaremos o caminho da responsabilidade e do respeito, procuraremos cativar pela motivação e sã iniciativa de cada um, valorizando as suas ideias e maneiras, ainda que diferentes, de ver as coisas. Afinal, foi esta consciência e liberdade que alguns, em Abril de setenta e quatro, começaram a conquistar e que devemos respeitar, sob pena de, não cumpridas estas regras, esvaziar, cada vez mais, o espaço de opinião e de expressão pública que a todos deve agradar. Prestemos esta homenagem devida a um ideal universal, a liberdade, porque ao fazê-lo estamos a assumir a necessidade de a manter e de a perpetuar. Aos que como eu pertencem a uma geração que nasceu com a liberdade, reconhecemos-lhe a liberdade de pensar, de participar de discordar e, embora sem esquecer esse tributo com gosto, preocupa-nos o futuro e é para lá que olhamos, sem o complexo de não ter de fazer o repetido discurso de enaltecimento de quem se considera proprietário do vinte e cinco de Abril ou portador de moralidade para lições de sobre a revolução. Neste caminho de igualdade, celebramos, ainda, o facto de Portugal ter ganho lugar no espaço civilizacional europeu, mas não reduz a necessidade de termos um olhar atento sobre as causas do nosso atraso político. Trinta e seis anos depois, já não se justifica culpabilizar um regime. Atentemos no que está por fazer e não nos deixemos esmorecer com “revisitações” históricas, pois não ganharemos um futuro à boleia desses momentos passados. Por nós assumamos o compromisso de olhar para o nosso país mas, em especial para a nossa terra, com a coragem de partilhar o que dela pensamos e de ajudar, a par de todos os concidadãos, e restantes portugueses a fazer o nosso destino. Muito obrigado”. ----

----- O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Representante do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. -----

----- SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES, REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA: Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu e senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores Convidados. Comemoramos hoje o trigésimo sexto aniversário da Revolução dos Cravos: o vinte e cinco de Abril de mil, novecentos e setenta e quatro. Naquela madrugada os militares do Movimento das Forças Armadas saíram dos quartéis imbuídos de um espírito patriótico e derrubaram uma das mais velhas ditaduras europeias. Como escreveu essa princesa da língua de Camões, Sophia de Mello Breyner: *Esta é a madrugada que eu esperava / O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livre habitamos a substância do tempo.* Foi um dia de Primavera. Foi um dia em que se cumpriu a Esperança, como são todos os dias de Primavera. O Povo saiu à rua, não para destruir, saquear ou cometer violências sobre aqueles que os amordaçaram durante tanto tempo. O Povo saiu à rua em festa, eufórico, para apoiar os militares que entretanto tomavam os lugares-chave do antigo regime. Foi o dia esperado, por tantos e tantos portugueses que cá e na Diáspora, almejavam um futuro em liberdade para Portugal. Foi também um dia esperado por moçambicanos, angolanos, guineenses, cabo-verdianos, são-tomenses que faziam parte de um império anacrónico. Um império onde



morriam sofriam todos os dias milhares de homens e mulheres obrigados a combater com outros homens, que tal como nós só queriam ser donos do seu destino. A incapacidade de política de resolução deste conflito militar, foi um cancro que minou Portugal durante treze longos anos e que conduziu a “questão colonial” para uma resolução cada vez mais difícil. Insustentável. Nesse dia de há trinta e seis anos a Nação gritou Liberdade, gritou Vitória, gritou Democracia. Foi uma revolução determinada, pacífica e voluntariosa. O regime, como não caiu de podre porque nenhum regime ditatorial cai de podre, teve que ser removido pelos jovens Capitães. Fora um regime fraudulento, como se comprovou nas pseudo-eleições de mil novecentos e cinquenta e oito com o General Humberto Delgado. Fora um regime assassino como se verificou ao longo dos anos, com a prisão tortura e morte de muitos opositores, no no Tarrafal, em Caxias, em Peniche, em Angola, em Moçambique, na Guiné. O próprio General Sem Medo seria brutalmente assassinado pela PIDE em mil, novecentos e sessenta e cinco. Fora um regime prepotente com todos aqueles que “ousavam” pensar de forma diferente ou que expressavam esse pensamento na arte, na literatura. Dois exemplos apenas: D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, é exilado por Salazar entre Abril de mil, novecentos e cinquenta e nove e Julho de mil, novecentos e setenta, onze longos anos de pena, só porque “ousou” escrever uma carta ao ditador a criticar diversos aspectos da triste realidade social, cultural e religiosa portuguesa. Mais próximo de nós o segundo exemplo: O Doutor José Coelho, homem integro, vertical, republicano. “Ousou”, enquanto professor do Liceu de Viseu, não assinar uma carta laudatória do Chefe do Conselho, na sequência do atentado que sofrera em Julho de mil, novecentos e trinta e sete. Pena, oito anos fora da função pública, o que acarretou para insigne historiador viseense grandes dificuldades pessoais. Eram estes os “brandos costumes”. O MFA comprometeu-se com os portugueses a realizar eleições livres, coisa que não sucedia desde o final da Primeira República; comprometeram-se a descolonizar o Ultramar, onde grassavam várias guerras; comprometeram-se a criar condições políticas para o desenvolvimento do país, o mais atrasado da Europa Ocidental. O Programa ambicioso, voluntarista e corajoso foi cumprido. Portugal realizou eleições livres em vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e cinco para a Assembleia Constituinte onde tiveram assento sete partidos políticos, das dezenas que entretanto foram fundados. Foram eleições exemplares, com uma participação elevadíssima dos portugueses. Os territórios africanos foram descolonizados. Este permaneceria como o processo mais traumático para a sociedade portuguesa dada a sua dimensão humana. Apesar de tudo e olhando para trás, vemos que aqueles cerca de um milhão ou um e meio milhão de portugueses que retornaram à Metrópole em setenta e quatro, setenta e cinco, e setenta e seis, em condições muito difíceis, encontrando um país em ebulição política foram paulatinamente reconstruíram a sua vida pessoal, familiar e profissional. A sociedade portuguesa, no seu todo, teve a capacidade de absorver e integrar e hoje, muitos deles olham novamente para África como uma terra de oportunidades, uma terra de realização de negócios, uma terra de Saudade. Constituímos hoje com os PALOP, uma grande comunidade língua portuguesa em conjunto com o Brasil o que só pode encher-nos de orgulho e confiança num futuro de cooperação. Portugal foi-se libertando progressivamente das grilhetas do mesquinho “orgulhosamente sós”. Evoluiu em todos os planos, sendo o social, o cultural e o mental, tão significativos que podemos falar de um outro país daquele de setenta e quatro. Os três D’s do não foram fáceis de concretizar; tiveram percalços pelo caminho, hesitações, sofrimento de muitos, injustiças até, mas não podemos pensar que a história dos povos e dos países é linear e sempre harmoniosa. Estudem-se, por exemplo, as revoluções Americana de independência ou a Francesa de mil, setecentos e oitenta e nove, a Russa de mil novecentos e dezassete, a Implantação da República em Portugal e o vinte e oito de Maio, o fim do Império Soviético e lá encontraremos tantos e tantos desvarios e sangue. Quando ao fim de meio século as forças sociais se libertaram das correntes que as



prendiam, é natural que os excessos surgissem. São os excessos dos processos revolucionários que o cientista social encontra em todas as revoluções, de todos os países, em todas as épocas da história. Por vezes degeneram em guerras civis, as mais brutais de todas as guerras, não foi o nosso caso. Em Portugal, os extremismos revolucionários foram depurados pela realidade social, depois daqueles anos iniciais de libertação de uma poderosa energia social e política que teve entre vinte e oito de Setembro de setenta e quatro e vinte e cinco de Novembro de setenta e cinco momentos dramáticos. Comemoramos hoje o trigésimo sexto aniversário do vinte e cinco de Abril de mil, novecentos e setenta e quatro, Dia da Liberdade. Dia Um da Democracia portuguesa. Dia Um do respeito pelos Direitos Humanos em Portugal. Dia Um de todas as esperanças. Pelo caminho feito foi-se aprendendo a democracia. Foi-se chorando também com a perda trágica de homens que a ajudaram a nascer, como Sá Carneiro e Amaro da Costa. Foi-se chorando com a tragédia timorense. Será que todos temos consciência de que nesse longínquo dia foi lançada a semente da sociedade que somos hoje? Quantos têm noção plena de que o vinte e cinco de Abril marca o início do progresso que atingimos, ímpar na nossa história, aliás. Quantos reconhecem que o Estado Social que temos, a democratização do ensino que alcançámos, a consagração do Poder Municipal e das Autonomias Regionais que atingimos, só foram possíveis porque Abril aconteceu? As gerações que viveram antes de Abril de setenta e quatro e que sentiram o Estado Novo, têm uma memória muito viva das transformações operadas, de quanto o país mudou. Por outro lado, os filhos e os netos do “povo que saiu à rua”, não tem plena consciência do que foi o “lápis azul”, Caxias, a guerra de África, as cargas policiais sobre os estudantes universitários, ou os trabalhadores das fábricas, “passar de salto para França”. Têm, quase sempre, uma percepção difusa daquilo que aconteceu. Muitos, talvez a maioria, é indiferente às comemorações que se fazem hoje, de forma quase ritual do “Dia da Liberdade”. O vinte e cinco de Abril é um feriado como outro qualquer, como o primeiro de Dezembro, ou o dez de Junho, ou o cinco de Outubro. Todas elas datas profundamente marcantes da nossa história. Dias, igualmente, de Liberdade. Dias de utopia? Não nos deveria fazer pensar este alheamento? Será que ele também é o resultado de um crescente divórcio entre dos cidadãos com a política e os políticos? Num momento em que a sociedade portuguesa se confronta com desafios profundamente exigentes no quadro europeu, numa era em que o Global é Local e o Local é Global, como, aliás, bem se sentiu com a crise financeira mundial, na recente crise da aviação, deveríamos discutir a democracia que temos e a democracia que pretendemos. Num ano em que se comemora o Primeiro Centenário da Implantação da República, Portugal e os portugueses deveriam reflectir sobre o sistema político, as instituições do Estado, a Justiça, o mundo do trabalho, a cultura e o ensino, assumindo plenamente a cidadania devolvida à nação há trinta e seis anos e honrando a tradição republicana de mil, novecentos e dez. Avançámos. O país avançou. Modernizou-se materialmente. Cresceu culturalmente. Integrou-se num dos pólos de maior desenvolvimento do mundo, a União Europeia. Estamos convictos que o futuro é promissor, haja esperança e empenhamento de todos nós e Abril renovar-se-á, como todos os anos na Primavera se renovam os Cravos. Viva o vinte e cinco de Abril. Viva a República. Viva Portugal”. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata. -----

----- **SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA** – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados, meu





amigo Professor Mateus, e deixe-me cumprimentá-lo em si todos os habitantes desta bela Freguesia, Excelentíssimos Senhores Convidados, Excelentíssima Comunicação Social, Minhas Senhoras e meus Senhores. Asseguro-vos que tem forçosamente de existir sempre, uma motivação comum para que as pessoas se encontrem num local previamente acordado. A presença de todos vós neste momento e neste espaço, justifica-se pela motivação comum, de comemarmos hoje o trigésimo sexto aniversário do Golpe de Estado Militar do vinte e cinco de Abril de mil, novecentos e setenta e quatro, a denominada “Revolução dos Cravos”, que derrubou sem derramamento de sangue e sem grande resistência das forças leais ao governo de Marcelo Caetano, o regime ditatorial herdado de Oliveira Salazar, que já vigorava desde mil, novecentos e trinta e três, mais conhecido por Estado Novo. Trinta e seis anos depois, algumas dessas ideias necessitam de ser sistematicamente repetidas para que não caiam no esquecimento das pessoas, especialmente das mais novas que por não terem sido contemporâneas da revolução, podem sentir alguma dificuldade em interiorizar o que era viver em ditadura. Quando pelas zero horas e vinte minutos da madrugada do dia vinte e cinco de Abril de setenta e quatro, a Rádio Renascença passou a música de José Afonso, “Grândola Vila Morena”, foi dada a senha para o início da movimentação das tropas em direcção aos diversos pontos estratégicos e previamente seleccionados, nomeadamente, a Radiotelevisão Portuguesa, o Rádio Clube Português, o Quartel-General, o Aeroporto de Lisboa, o Banco de Portugal e a Rádio Marconi. Já nas ruas os militares encontraram o conforto dos portugueses que rapidamente aderiram ao movimento de tornar Portugal livre e democrático. E, no final do dia pelas dezanove horas e trinta minutos, Marcelo Caetano rende-se e Portugal inicia um novo ciclo democrático. No dia seguinte, é formada então a Junta de Salvação Nacional composta por militares e que tem por missão imediata, desmantelar todos os órgãos do regime anterior, nomeadamente o Governo, o Presidente da República, a Assembleia Nacional e o Concelho de Estado. Foi ainda extinta a PIDE, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa e o Partido Político do regime, a Acção Nacional Popular. Foi dada então início, a uma nova política de actuação que ficou conhecida pelos “Três D’s”: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Embora com muita instabilidade política e ideológica, Portugal consegue cimentar um sistema democrático. Vou procurar de uma forma necessariamente breve, e evitando ser maçador, fazer alguns exercícios de comparação, naquilo que, efectivamente, é possível comparar, entre o antes do vinte e cinco de Abril e o pós vinte e cinco de Abril. Antes do vinte e cinco de Abril, o recenseamento eleitoral além de não ser obrigatório, dele eram excluídos aqueles que não oferecessem “garantias” de apoio ao regime político vigente. Com o vinte e cinco de Abril, o recenseamento passa a ser de carácter obrigatório, e aberto a todos os cidadãos maiores de dezoito anos de idade. Antes do vinte e cinco de Abril, no patamar das autarquias, os detentores dos cargos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, eram nomeados pelo respectivo Governador Civil, e da sua inteira confiança política e pessoal. Com o vinte e cinco de Abril, passaram a realizar-se eleições para esses órgãos, aos quais podem concorrer os partidos políticos e grupos de cidadãos legalmente constituídos, exercendo os eleitores a livre escolha dos seus representantes. Antes do vinte e cinco de Abril, o regime apenas permitia a existência de um único partido, inicialmente chamava-se Partido da União Nacional, mas posteriormente foi renomeado para Acção Nacional Popular. Este era pois, o único partido a quem era reconhecida a existência legal. Com o vinte e cinco de Abril, os partidos políticos puderam legalmente constituir-se, e assim foi possível a realização de eleições livres onde os eleitores podem escolher e votar em plena liberdade, podendo optar por uma das várias organizações políticas. Antes do vinte e cinco de Abril, Portugal detinha colónias, nomeadamente: Moçambique, Angola, Guiné, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, em algumas das quais, surgiram movimentos independentistas, que acabariam por se manifestar sob a forma de guerrilhas armadas, e com as quais



Portugal teve de combater, naquela que ficou conhecida como a Guerra Colonial. Nela, para além de gastarmos muito dinheiro do erário público, também participavam de uma forma obrigatória, a maioria dos jovens portugueses, onde muitos perderam a vida, a lutar por uma causa que não entendiam, nem defendiam. Com o vinte e cinco de Abril, a guerra terminou, Portugal dá a independência a essas mesmas colónias, mas de uma forma que ainda hoje continua a ser, polémica e criticada, visto que originou o regresso apressado, e de mãos vazias, de um milhão de portugueses que nelas viviam e trabalhavam. Antes do vinte e cinco de Abril, o ensino era elitista, sendo muito pequena a percentagem de jovens que prosseguiam os estudos para além da antiga quarta classe. Os jovens que entravam nas universidades, esses eram uma percentagem quase residual e quase todos do sexo masculino. Com o vinte e cinco de Abril, o ensino massificou-se de uma forma exponencial, os anos de escolaridade obrigatória, foram progressivamente alargados, e extensivos a todos os jovens, independentemente do seu sexo. Curiosamente ou não, hoje temos mais jovens do sexo feminino no ensino superior do que do sexo masculino. Com a democratização de Portugal, foi-nos permitida no final dos anos oitenta, a adesão à Comunidade Económica Europeia, hoje denominada União Europeia, adesão essa, que mais tarde se veio a confirmar de extrema importância para o nosso desenvolvimento, pois foi com a utilização das grandes verbas dos Fundos Comunitários, que se construíram as novas e rápidas vias de comunicação rodoviárias e modernos equipamentos públicos, em áreas tão diversas como a saúde, a educação, a justiça, a cultura, o desporto e o apoio social. Este grande salto quantitativo e qualitativo fez com que rapidamente se instalasse na mentalidade portuguesa a ideia de um país moderno, de sucesso e economicamente equilibrado, sonho esse, que rapidamente se desfez, quando os problemas económicos, vieram deixar completamente a nu, as nossas reais fragilidades e limitações. Hoje, infelizmente, somos levados a concordar, que estamos a regredir e a atingir patamares deveras preocupantes sobre, como vai ser o nosso futuro, a curto e a médio prazo. Esta crise económica, está a originar uma preocupante crise social, que deve-se em grande medida, a políticas completamente erradas, diria mais, desnorteadas, levadas a cabo, principalmente nos últimos quinze anos, e que deixaram o país quase ferido de morte. A ideia de sucesso do facilitismo, a ideia do sucesso instantâneo, a ideia do sucesso do chico-espertismo, e a ideia do sucesso da subsidio-dependência, como opções de vida, rapidamente nos conduziram a uma realidade muito dramática e completamente oposta aos desígnios do vinte e cinco de Abril, refiro-me em concreto, ao exponencial crescimento das desigualdades sociais. Se antes do vinte e cinco de Abril, tínhamos uma pequena elite social, com elevados rendimentos, geralmente associados ao mundo empresarial, estando do outro lado a esmagadora maioria dos portugueses com um nível de vida muito baixo, diria mesmo muito próximo do da pobreza, após a revolução de Abril, essas diferenças foram desaparecendo, fruto do surgimento de uma classe média com um crescente poder de compra, que em termos económicos fez mexer positivamente a nossa economia. Hoje damos conta de um retrocesso altamente preocupante em diversas áreas. Preocupa-me o retrocesso nas finanças públicas, que diariamente nos endivida em milhões de euros, dívida essa, cujo pagamento está a sair dos bolsos de uma classe média já por si bastante fustigada; Preocupa-me o retrocesso na economia, onde só neste ano de dois mil e dez já faliram mais de mil empresas, fazendo com que diariamente sejam muitos os portugueses a emigrar para outros países. Preocupa-me o retrocesso no emprego, dos melhores registos da Europa passamos agora a ter agora um dos piores, e todos sabemos como o aumento da criminalidade está directamente relacionados com estes indicadores; Preocupa-me o retrocesso na Educação, pois nunca como muito recentemente, os seus profissionais foram tão mal tratados pela tutela, fazendo com que muitos desistissem precocemente da profissão. Preocupa-me o retrocesso na Saúde, onde as reformas efectuadas estão a minar completamente o nosso exemplar Serviço Nacional de Saúde,



acentuando ainda mais as assimetrias geográficas; Preocupa-me o retrocesso na Justiça, onde diariamente se acentua a ideia nos cidadãos de que tem duas velocidades, para quem tem um grande poder económico, a justiça é lenta e benevolente, para os outros é célere e penalizadora. Preocupa-me o retrocesso na Ética de alguns Políticos, de alguns detentores de cargos públicos e de alguns gestores de empresas de capital público, pois é mortífera para a saúde da democracia portuguesa, a associação de algumas destas pessoas a situações que no mínimo as podemos classificar de altamente suspeitas, e que envolvem quantidades avultadíssimas de dinheiros públicos, ou seja de todos nós; Preocupa-me o retrocesso no caminho que estávamos a fazer para uma maior igualdade social, quando os dados estatísticos confirmam que as desigualdades acentuam-se drasticamente, devido em grande parte ao gradual desaparecimento da classe média; Preocupa-me o retrocesso na liberdade e qualidade da informação de alguma comunicação social, quando começam a ser demasiadas as notícias sobre eventuais tentativas, umas talvez concretizadas e outras talvez não, de controlo de órgãos de comunicação social, numa preocupante aproximação entre o poder político e o poder económico. Preocupa-me ainda o retrocesso nas expectativas dos jovens portugueses, temos hoje uma geração de jovens que não é rasca, mas que está completamente à rasca, habilitou-se profissionalmente para ter um papel dinamizador na sociedade, mas não existe nem mercado de trabalho nem uma política de juventude. Passados trinta e seis anos, constatamos que em muitas áreas ainda falta cumprir Abril, é um trabalho que com responsabilidades diferentes, diz respeito a todos nós. Todos estamos convocados para esta ambição. Neste ano em que Portugal está a comemorar os cem anos da Implantação da República, a melhor forma de comemarmos o vinte e cinco de Abril de mil, novecentos e setenta e quatro, com o qual se inicia a Segunda República, é termos a noção bem clara de que a liberdade e a democracia, já foram por nós perdidas num passado relativamente recente. Tal perda, deveu-se a uma realidade social e política que não deixa, por vezes, de ter algumas semelhanças com algumas realidades dos dias de hoje, e que nos deve levar a agir energeticamente na defesa dos superiores valores que sustentam um estado livre e um estado democrático, defendendo não só, a ética, a credibilidade e a transparência, mas também, defendendo aquelas instituições que são pilares em todas as democracias, os sindicatos e os partidos políticos. Viva o vinte e cinco de Abril de mil, novecentos e setenta e quatro. Viva Portugal. Muito obrigado”.

----- Por último usa da palavra o SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES – Intervém dizendo o seguinte: “Senhor Presidente da Câmara, Senhores, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores. Início a minha intervenção, antes de mais como uma palavra de gratidão e agradecimento ao Senhor Presidente da Junta de Ranhados, estimado amigo Professor António Mateus, na sua Pessoa cumprimento todos os habitantes da Freguesia de Ranhados e do Concelho. Um cumprimento afável ao Senhor Presidente da Câmara, Doutor Fernando Ruas, sempre estimulou estas comemorações, incentiva-nos com a sua presença e o apoio da Câmara Municipal de Viseu. Um cumprimento especial ao Doutor Francisco Sarsfield Cabral, obrigado por ter acedido ao nosso convite, a sua presença honra-nos e dá brilho a esta sessão Comemorativa dos trinta e seis anos do Vinte e cinco Abril, com a feliz coincidência de também comemarmos o Centenário da República. Também uma palavra especial a todos os nossos Convidados, alguns deles presença habitual, designadamente o Senhor Coronel Costeira que todos os anos nos honra com a sua presença. É sempre bom termos aqui os actores, aqueles que fizeram a “Revolução de Abril” e fazemos também sempre a nossa análise crítica em relação ao percurso que fizemos com momentos melhores, com momentos menos bem conseguidos. Uma palavra especial aos Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes da Junta, Convidados



e Jornalistas. Uma palavra aos cidadãos que nos seguem através da internet. Minhas Senhoras e Meus Senhores, todos os anos cumprimos esta tradição, mais uma vez numa Freguesia rural, cada vez menos rural fruto do desenvolvimento dos últimos vinte anos, cumprindo a tradição iniciada com o saudoso Engenheiro Coelho de Araújo, da forma que se deve comemorar tão importante data para o nosso destino colectivo, junto do Povo. Neste ano de dois mil e dez, com a feliz coincidência de comemorarmos o centenário da nossa República, sendo que o período pós vinte e cinco de Abril representa mais de um terço. Como habitualmente, deixem que enquadre o tema que escolhemos, fazendo algum percurso histórico. Perdoem-me os mais conhecedores e estudiosos alguma inexactidão, faço-o com o meu voluntarismo habitual e com uma genuína vontade de enquadramento deste rico período, para chegar ao momento actual. A monarquia constitucional, período, tão complexo quanto determinante, abre uma nova fase da História portuguesa. Acusada de servir a Inglaterra, a monarquia começava a ser vista como responsável pela decadência militar e financeira. Sentia-se, por todo o país, o descontentamento da população. Em mil oitocentos e setenta e seis, um grupo de amigos descontentes com o regime liberal português, e entusiasmado com os recentes triunfos republicanos em Espanha e França, organizara-se em partido político, com o desejo de libertar o regime do pequeno grupo que gravitava em redor dos dois partidos que controlavam o poder e o Estado, de forma a permitir a todos os cidadãos terem iguais direitos de participação cívica. As comemorações centenárias de Camões, em mil oitocentos e oitenta, e do Marquês de Pombal, dois anos depois, foram objecto de grande agitação política, permitindo a primeira intervenção do Partido Republicano Português. Um dos momentos mais sérios da efervescência política foi, sem dúvida, a Revolução de Trinta e Um de Janeiro de mil oitocentos e noventa e um, no Porto, onde se chegou mesmo a hastear uma bandeira republicana, no edifício da Câmara Municipal. A partir de mil novecentos e dois, o Partido Republicano, ajudado pela Maçonaria e pela Carbonária, recebeu um novo alento. Entretanto, o aparecimento dum novo partido, o Partido Regenerador Liberal, e a luta acérrima entre estes Regeneradores e os chamados Progressistas criavam obstruções constantes à governação. O rei Dom Carlos propôs a dissolução do Parlamento e a constituição dum governo de ditadura. Isso foi o suficiente para se gerar uma conspiração de raiz republicana tendente a afastá-lo do poder. Com o regicídio e a morte do príncipe herdeiro, a um de Fevereiro de mil novecentos e oito, subiu ao trono o irmão deste último, Dom Manuel que, na tentativa de se opor à crescente força republicana, tentou governar com o apoio de todos os partidos monárquicos. Mas, a sua falta de preparação para reinar, as intrigas dos que o rodeavam e o número crescente de simpatizantes do Partido Republicano faziam prever o fim próximo da Monarquia. O contexto de instabilidade política, económica, social, religiosa e cultural de Portugal durante uma época de profundas transformações políticas, avizinhava que a revolta estava eminente. A Revolução de cinco de Outubro de mil, novecentos e dez aconteceu naturalmente e como consequência das diversas acções doutrinárias e políticas levadas a cabo pelo Partido Republicano. Com a família real a caminho do exílio, constituiu-se um governo provisório, até à aprovação da nova Constituição política. Após a Revolução e depois das primeiras eleições legislativas portuguesas, realizadas em vinte e oito de Maio de mil novecentos e onze, foi constituída uma Assembleia Nacional Constituinte que tinha por competência única elaborar e apresentar uma Constituição, que estabelecesse as linhas mestras do novo regime político. A Primeira Constituição da República foi aprovada em vinte e um de Agosto de mil novecentos e onze. O novo texto legislativo deu uma grande incidência aos direitos e garantias individuais, exercendo-se a soberania através dos três poderes tradicionais. Com o Congresso da República, que reunia as duas Câmaras, a dos Deputados e do Senado, a quem competia escolher o Presidente da República e pronunciar-se sobre as políticas ministeriais, assistia-se ao triunfo do parlamentarismo em



Portugal. Mas, a Primeira República Portuguesa (mil novecentos e dez/vinte e seis), apesar das novas leis, não conseguiu durar muito. A revolução republicana acreditava nos liberais para a construção de um “Portugal novo” e outra vez potente, com uma economia desonerada da sua dependência em relação à Inglaterra, e virada para as colónias, a fim de obter a necessária acumulação de capital. Mas o Estado Republicano falhou nos seus desígnios. Não foi capaz de explorar as colónias sem a ajuda do capital internacional, o que aumentou a dependência económica. Fundos estrangeiros controlavam sectores importantes da economia. O povo continuou a emigrar, o que denota falta de esperança ou de perspectiva para ver resolvidos os seus problemas mais prementes. Apesar de a Primeira República ter sido uma experiência impar, a situação que se vivia abriu a porta ao golpe fascista que não necessitou de empregar violência para conquistar o poder político. A Revolução de vinte e oito de Maio de mil, novecentos e vinte e seis, movimento militar de cariz nacionalista e anti-parlamentar, pôs termo à Primeira República e encerrou o período do liberalismo em Portugal. Ao suspender a Constituição de mil novecentos e onze, o regime saído deste golpe de Estado tornou-se uma Ditadura Militar, a mais longa da Europa Ocidental durante o século Vinte. Finalmente, e após quarenta e oito longos anos, a vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, o Movimento das Forças Armadas derrubou o regime fascista. A “Revolução dos Cravos”, que implanta a Terceira República Portuguesa, que corresponde ao actual regime democrático, representou o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa. Foi elaborada uma nova Constituição, aprovada e decretada a dois de Abril de mil, novecentos e setenta e seis, que garante os direitos fundamentais dos cidadãos, estabelece os princípios basilares da democracia e assegura o primado do Estado de Direito democrático. Minhas Senhoras e Meus Senhores, Nesta breve resenha, quantas vezes não vos soou a *déjà vu*? Como o registo histórico nos poderá levar a um sentimento de já termos visto este filme, cem anos da República, com três fases distintas, uma de sonho, uma segunda de cinzento e uma terceira em que o sonho renasce. Trinta e seis anos depois, muito se conquistou, liberdades, desenvolvimento, uma nova organização, mas a incerteza é imensa. Temos hoje um País triste mergulhado na incerteza da grave situação financeira e no ruído constante que não deixa descortinar uma saída. Nestes momentos difíceis, é sempre bom evocar a nossa longa história de quase novecentos anos, o facto de sermos o País da Europa com fronteiras definidas há mais anos, a nossa capacidade para dar novos mundos ao mundo, podendo mesmo afirmar-se que fomos os precursores da globalização há quinhentos anos. É bom que nos inspiremos na história do vinte e cinco de Abril, da consolidação da Democracia, da capacidade que tivemos para integrar cerca de um milhão de Pessoas oriundas das ex colónias, da nossa adesão exemplar à União Europeia (éramos mesmo considerados um Bom Aluno), da entrada na moeda única, para só me referir a estes marcos. Nos dias de hoje, teremos que ser capazes de dar a volta à difícil situação que vivemos, acreditando em nós e no País. Sem dúvida que teremos de reduzir a despesa, fazer quase um regresso às origens, apostando na nossa indústria transformadora, regressando ao sector primário, sem nos esquecermos dos nossos serviços, para que possamos exportar mais e produtos de maior valor acrescentado mas, ao mesmo tempo, procurando substituir importações por produtos nacionais, um desígnio que deve ser de todos. Trinta e seis anos depois, quando devíamos estar a celebrar os nossos feitos, vivemos com uma nuvem cinzenta e com a incerteza. Não podemos esmorecer, temos essa obrigação face à nossa história, face aos nossos filhos e face às gerações vindouras. Para terminar, diria que melhor que ninguém, o nosso convidado de hoje nos poderá ajudar a compreender como, cem anos depois da República, poderá Portugal ultrapassar todos os escolhos que se atravessam no seu caminho. Muito obrigado a todos pela atenção e pela presença e pela forma como aferem todos os anos a esta comemoração do vinte e cinco de Abril. Muito obrigado”. -----



----- O Senhor Presidente da Mesa continua dizendo o seguinte: “Está concluída a parte formal, digamos assim, da nossa Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal. Reiterava, depois do desafio que fiz na minha intervenção, o nosso agradecimento pela presença, o nosso convidado dispensaria qualquer tipo de apresentação, todos o conhecemos. Francisco Sarsfield Cabral de nome. Nascido no Porto em mil novecentos e trinta e nove. Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa e com um basto curriculum no jornalismo, vários livros de que destaco: Uma Perspectiva Sobre Portugal de mil, novecentos e setenta e três. Política, Economia e Ética Semanária em mil, novecentos e oitenta e cinco. Autonomia Privada e Liberdade Política, Fragmentos, publicado em mil, novecentos e oitenta e oito. Ética na Sociedade Plural, publicação de dois mil e um e de numerosos ensaios sobre temas económicos políticos e filosóficos, nas Revistas Brotéria e Communio e co-autor do livro, Formar Portugal, da Oficina do Livro de dois mil e dois. Várias funções desde Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Assessor do Primeiro-Ministro, Director do Gabinete em Portugal da Comissão Europeia. Actualmente também Membro da Comissão de Comemoração de Cem Anos da República. Colaborador regular de vários jornais. Actualmente também colaborador da Renascença. Colunista do Jornal Público, comentador da SIC. Uma voz que nos habituámos a escutar todos os dias e a respeitar, pela rectidão das posições que toma, pela frontalidade e pela isenção, como em momentos como este consegue sempre pôr nas suas análises. É com grande expectativa e com muito gosto que lhe dou a palavra para poder proferir a sua comunicação”. -----

----- SENHOR DOUTOR FRANCISCO SARFIELD CABRAL – No uso da palavra faz a seguinte intervenção: “Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, mais Autoridades Cívicas e Militares, minhas Senhoras e meus Senhores. Mais de metade da minha vida já foi passada neste Regime. Praticamente o vinte e cinco de Abril aconteceu no meio da minha vida, quando eu tinha trinta e cinco anos, agora tenho setenta, vou fazer setenta e um e confesso que, uma cerimónia como esta ainda me emociona, porque antigamente não era possível uma coisa desta, uma Assembleia numa Freguesia que já foi rural, mas que agora já não é rural, enfim, mas em todo o caso uma Freguesia que eu desconhecia que existisse e que as pessoas falam diferentes pontos de vista pacificamente. Talvez as gerações mais novas não saibam isso, mas, de facto, eu vivi trinta e cinco anos ainda no antigo regime. Depois queria dizer que não vou fazer uma conferência, acho que é mais um testemunho, aliás, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal falou nisso, é mais um testemunho pessoal. Queria também dizer que eu estou aqui como Membro da Comissão Nacional das Comemorações do Centenário da República e em nome dessa Comissão queria agradecer este convite para hoje estar aqui, mas o que eu vou dizer só a mim me compromete. Como eu disse, com a minha idade, o vinte e cinco de Abril foi há trinta e seis anos. Eu tenho quase setenta e um, como algumas pessoas manifestarem há um certo sentimento de desilusão, houve esperança que não foram cumpridas. Afinal, as coisas não melhoraram tanto como se esperava, mas depois, olhando para o passado, um pouco para a história há duzentos anos em Portugal, vê-se que isso aconteceu, praticamente, sempre que houve mudanças em Portugal. Houve mudanças e depois houve sempre uma certa decepção. Eu não queria entrar muito pela história, não sou historiador, mas acho que é útil lembrar que a vitória liberal depois das guerras, segunda guerra civil que houve e que não durou só quatro anos, é que no fundo, foi uma guerra de durou muitos mais anos. Essa vitória liberal em mil, oitocentos e trinta e quatro implantou em Portugal uma monarquia constitucional, que era, digamos, uma forma de sermos modernos no sistema político. Algumas das pessoas mais ilustres que participaram na Revolução Liberal já manifestavam a sua tristeza, a sua decepção, como foi o caso de Alexandre Herculano que se retirou a certa altura para Vale



de Lobos e mais tarde os “Célebres Vencidos da Vida”, estavam desiludidos com o rumo de Portugal, conheciam um pouco o que se passava noutros países e não era assim. De facto, a seguir à vitória liberal em mil, oitocentos e trinta e quatro, o que é que aconteceu? Vimos que afinal as guerras civis não acabaram. Continua uma forma de guerra civil intermitente, agora entre várias facções liberais, aconteceu uma grande instabilidade política. Durante uns vinte anos Portugal viveu dependente do estrangeiro, nomeadamente da Inglaterra, e até da intervenção dos estrangeiros como aconteceu na “Convenção de Gramido”, que perfilha mais uma revolta, mais uma guerra civil em mil, oitocentos e quarenta e sete, em que forças inglesas e espanholas, de certo modo, obrigaram os portugueses a fazer as pazes e a terem calma. Depois houve uma fase, a partir de mil, oitocentos e cinquenta e dois, em que as coisas acalmaram um pouco, sobretudo na fase em que Fontes Pereira de Melo, que foi o principal estadista, houve momentos de estabilidade política, houve alguns melhoramentos, mas o país falhou a “Revolução Industrial”. A “Revolução Industrial” começou em Inglaterra no fim do século dezoito e ao longo do século dezanove e Portugal atrasou-se. Por exemplo, a primeira linha de comboio que houve em Portugal foi inaugurada em mil, oitocentos e cinquenta e seis, era de Lisboa ao Carregado. Foi uma coisa curta e, mesmo assim, foi uma inauguração um bocado dramática, porque uma das locomotivas avariou e, enfim, foi uma trapalhada. Vinte anos antes disto, já haviam muitas linhas de caminho de ferro no Reino Unido, na Bélgica, na Irlanda, até na Alemanha, etc., etc. Estavam muito mais adiantadas. Também nos atrasamos muito, mais para o fim do século dezoito/ dezanove, na alfabetização, em parte, porque não tinha havido indústria, não foi criada indústria. A indústria necessita, de certo modo, que as pessoas saibam ler e escrever, pelo menos a maior parte delas, e os próprios industriais de outros países exigiam, pelo menos, uma escola primária, uma formação básica das pessoas. Aqui não houve isso e, sobretudo, não houve uma coisa, isto é uma tese do historiador da economia Jaime Reis, que parece muito interessante, ele diz que Portugal por volta de meados do século dezanove estava ao nível da França, da Itália, da Espanha, em matéria de alfabetização. Havia muitos analfabetos, nesses países, portanto, não estávamos muito diferentes dos outros, mas no princípio do século vinte os outros estavam muito mais à frente. Ele diz que a razão disso foi, basicamente, que Portugal não tinha um problema de nacionalidades, isto é, Portugal era um país homogéneo, huno. Como foi referido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, somos das fronteiras mais antigas da Europa e somos um país homogéneo, não temos separatismos, não temos várias nações. Somos um estado conhecido como nação há muitos, muitos anos e, portanto, não tivemos um incentivo para educar. Em Itália, que foi unificada já em princípio da segunda metade do século dezanove, o primeiro Parlamento Italiano reuniu em Turim e a língua era o francês, porque eles não se entendiam. Os vários dialectos italianos não se entendiam uns aos outros, não havia uma unificação. Na “Revolução Francesa” só aí uns catorze ou quinze por cento dos franceses falavam francês, os outros falavam dialectos, mais ou menos, parecidos, mas não era bem o francês, ou Espanha que é um estado pluridimensional: há a Nação Catalã, a nação Galega, a Nação Basca. Nós não tivemos esse problema. Isso, por um lado é ótimo, parece que é mesmo um trunfo que temos, mas, por outro lado, não levou os políticos que tantos apostavam na educação, porque eles, teoricamente, apostavam, até na Primeira República, mas não levou a um grande esforço da alfabetização. Depois, no século dezanove tivemos também na Monarquia Constitucional as finanças públicas desequilibradas, que é um drama nacional que já vem até antes da Monarquia Constitucional, já nessa altura, tivemos até graves problemas de obter dinheiro no estrangeiro. Vivíamos muito dependentes de pedidos financeiros, sobretudo de Londres e tivemos uma bancarrota em mil, oitocentos e noventa e um, que nos afectou durante muitos, muitos anos. Afectou a credibilidade financeira do país, até houve limitações determinadas por esta bancarrota de mil, oitocentos e noventa e um que



se prolongaram até mil, novecentos e cinquenta, é uma coisa extraordinária. E depois, ou nessa altura, tivemos uma humilhação terrível, em mil, oitocentos e noventa com o “Ultimato Britânico”. Ultimato, como sabem, Portugal tinha a intenção, porque no fundo era tudo mapas, porque a ocupação colonial era muito escassa, mas havia a ideia de ligar Angola à contra-costa, isto é, Moçambique e fazer o tal “mapa cor-de-rosa” e os britânicos que queriam ter uma África dominada por eles do Norte até ao Sul, pelo “Projecto Cecil Rhodes”, portanto, daí o nome que vem, Rodésia. Essa humilhação nacional foi muito aproveitada, aliás, pelo Partido Republicado e pelos republicanos que passaram a ter como uma grande bandeira, a defesa das colónias. A Monarquia Constitucional falhou, independentemente do “Regicídio” que foi uma coisa trágica, mas nos últimos anos, o que antecede o século vinte, foi do ponto de vista político muito triste e muito negativo e quando aparece a República há, de facto, uma esperança, as pessoas pensavam vai nascer uma nova era. Como aqui já foi dito, houve muitas coisas positivas que a Republica trouxe, sobretudo em matéria de valores, em matéria de mudança de legislação, etc., mas ficou muito aquém das expectativas e, sobretudo, acabou abrindo a porta a uma ditadura longuíssima. Houve uma enorme instabilidade política na Primeira República, toda a gente sabe. Houve um afrontamento com a Igreja Católica que era inútil e, que foi muito prejudicial à república, felizmente, deu uma lição que depois do vinte e cinco de Abril esse erro não foi repetido, o que é uma coisa importante. Houve um afrontamento, por vezes, muito violento também, com os sindicatos, com as forças sindicais. Afonso Costa era até chamado o “Racha-Sindicalistas” e havia, de facto, medidas extremamente violentas e até, digamos, pouco legais, deportações sem julgamento e coisas assim, e houve o eterno livro das contas do Estado. É verdade que em mil, novecentos e treze o Afonso Costa conseguiu fazer um orçamento equilibrado, mas com a guerra, e sobretudo, com a nossa entrada na guerra que é em mil novecentos e dezasseis, as coisas descambam completamente. A seguir à guerra, dezanove/ vinte, tivemos um desequilíbrio das contas públicas tão grande como é actualmente a nossa situação. A entrada na guerra foi, de facto, dramático, penso que foi um erro, mas os historiadores apontam dois motivos para se ter entrada, para o Partido Republicano o de Afonso Costa ter entrada na Guerra. Por um lado, proteger as colónias, de facto foram atacadas e é muitas vezes esquecido. Nós só falamos da Segunda Guerra Mundial e estamos a pensar em França, Flandres, os portugueses foi para aí e foi importantíssimo, mas houve combates terríveis em África e baixas muito grandes contra os alemães. Portanto, defender as colónias por um lado, mas também dar uma legitimidade ao Regime e ao próprio Partido Republicado que não a tinha tanto antes, porque toda aquela instabilidade, revoluções e agitações não lho permitiram. Foi uma aposta errada, porque, acho eu, foi o princípio do fim da Primeira República. Por um lado, os militares, os militares que foram para o teatro da guerra da Europa, sobretudo em França, ganharam uma grande aversão ao Regime, porque se sentiam mal tratados, com condições às vezes terríveis, por exemplo, com equipamentos das tropas americanas muito ligeiros para as zonas aonde havia neve. A vida nas trincheiras era uma coisa trágica, não eram rendidos. A certa altura houve soldados portugueses que ficaram nas trincheiras mais de um ano, quando, em princípio, suponho que deveria que ser de três em três meses, havia equipamentos inadequados, etc. Isso criou uma grande hostilidade ao Regime e depois, em parte, pela guerra e em parte, pela inflação que a guerra determinou pela subida de preços brutal, os preços quadruplicaram a seguir à guerra. Havia crises de abastecimentos, havia assaltos a padarias, desordens, etc. Depois veio o Estado Novo, veio a Ditadura... Durante a Ditadura dos Militares as finanças públicas correram muito mal, só quando entra Salazar é que endireitou as finanças públicas e endireitou à custa da liberdade, à custa da Ditadura. Mas, é um facto, que a base do prestígio político é exactamente esse milagre, entre aspas, de ter posto em ordem uma coisa que estava sempre em desordem e que, infelizmente, nunca tivemos em democracia, que é ter contas





públicas sem deficit grave, as contas públicas equilibradas de uma forma sustentada e não apenas pontual e episódica. É um problema que se mantêm, infelizmente, como sabem. Naturalmente com o Estado Nove, e antes com a Ditadura, havia instabilidade política, porque não havia liberdade, havia repressão, havia tudo aquilo de que se falou não vale a pena estar a repetir. Havia tudo isso à custa da liberdade política. Depois vem, graças a Deus e felizmente, o vinte e cinco de Abril e há uma ironia da história, é que o cinco de Outubro, digo eu, foi muito determinado pelas colónias. Um dos argumentos dos Republicanos era: Os Monarcas, o Rei, e os Partido Monárquicos não sabem defender o Império Colonial e, portanto se deram ao Ultimato, etc., e era uma grande bandeira dos Republicanos. Curiosamente, é na mesma o Império Colonial que obtém a independência depois do vinte e cinco de Abril, porque os oficiais e os militares que o fizeram, estão aqui alguns a quem saúdo, basicamente perceberam que aquilo não tinha saída militar e, portanto, era preciso ter uma saída política. Os políticos não foram capazes de fazer essa saída e dá-se o vinte e cinco de Abril. Muita coisa correu mal, e a seguir vou falar também disso, também já foi apontado. Houve algumas coisas que correram, excepcionalmente, bem, também algumas já aqui referidas. A primeira que me lembro é que estava eu em mil, novecentos e setenta e seis, no princípio de setenta e seis, conversando com um amigo e lembro-me que esse amigo me dizia: Mas como é que isto vai ser daqui para à frente, como é que a democracia se vai aguentar? Porque os salários tinham subido muito a seguir à Revolução, se houvesse uma grande inflação, naturalmente, tudo fazia prever que a inflação fosse comer os salários nos anos seguintes. E, de facto, assim aconteceu. Entre mil novecentos e setenta e cinco e mil, novecentos e oitenta e cinco, os salários nominais descontando depois a inflação foram sempre negativos, excepto um ano, mil, novecentos e oitenta, mas, a democracia manteve-se, que é um primeiro milagre. Depois, já aqui também referido, a integração dos “Retornados”. Eu trabalhava nessa altura na Associação Industrial Portuguesa, ali na Feira das Indústrias em Lisboa, na Praça das Indústrias, e vi chegar os haveres dessas pessoas em barcos. Depois ficava tudo ali na Praça das Indústrias e fazia impressão, porque eram, sei lá, cadeiras, às vezes meio partidas, um colchão... Enfim, as pessoas fugiram de África praticamente sem nada. E foi, em volume, um aumento da população inédito na Europa, porque, por exemplo, em proporção os franceses ou os *pieds-noirs*, como se chamavam que saíram da Argélia, quando a Argélia se tornou independente e foram para França, são em percentagem bastante inferior ao que aconteceu em Portugal em que há um aumento de população em cerca de sete ou oito por cento. Eu na altura confesso que pensei, isto vai dar uma convulsão terrível, vai haver qualquer coisa... A coisa deu-se de uma forma pacífica, de uma forma feliz e até, devo dizer, que em alguns períodos a iniciativa privada e o investimento privado estava extremamente relutante, estava sem condições de se concretizar. Muitos “Retornados” pegaram em pequenos negócios: Restaurantes, bombas de gasolina, por aí fora, e deram um dinamismo à economia portuguesa. O pouco que houve de dinamismo na economia portuguesa nesse período complicado, a seguir ao vinte e cinco de Abril, deve-se, em grande parte, aos “Retornados”. Depois houve, também aqui referido, a integração na então CEE. Toda a gente fala, é costume e é normal falar-se, até porque se chamava Comunidade Económica Europeia, nessa altura, económica basicamente, mas eu penso que a grande consequência desta entrada na CEE, de que o pedido foi feito por Mário Soares em Março de setenta e sete e a entrada deu-se em Janeiro de oitenta e seis, demorou bastante tempo a negociação, mas a principal consequência da nossa entrada, penso eu, não foi económico, foi político. O estarmos integrados na Europa Comunitária trouxe-nos uma sensação de estabilidade política que não havia antes. Eu recordo que, já depois do vinte e cinco de Abril, anos oitenta, primeira metade dos anos oitenta, havia uma grande angústia, porque o Governo ia cair e depois parava tudo. Ora bem, eu recordo que, em mil, novecentos e noventa e cinco foi derrotado



o PSD nas eleições legislativas, terminou dois governos e mais um: Dois governos de maioria absoluta e um de maioria relativa, o primeiro, do Professor Cavaco Silva. Foi substituído pelo Partido Socialista sem angústia, sem drama, com toda a naturalidade. Isso não teria acontecido se não estivéssemos na CEE. E aqui há que louvar a intuição política do Doutor Mário Soares. No princípio de mil, novecentos e setenta e sete, ele era Primeiro-Ministro, nessa altura, isto está contado, aliás, em livros e ele fala nisto muitas vezes, chamou uma série de economistas, que nessa altura eram mais destacados em Portugal, e perguntou-lhes: O que é que vocês acham, se nós pedirmos a adesão à CEE. E a maioria dos economistas disse-lhe: Que achavam que era perigoso, prematuro, Portugal não estava preparado, era melhor esperar. E ele disse-lhes: Eu não vou esperar, vou já pedir a adesão e vou fazê-lo por razões políticas. Acho que foi um golpe de visão importante. Chegamos a hoje. Hoje estamos todos um pouco, enfim, bem-dispostos, maldispostos com o país, com a nossa vida pública, há uma certa degradação da vida pública. Acho que o ponto mais sério é na justiça. Que me lembre, na minha vida, é a primeira vez que as pessoas, sistematicamente, duvidam da justiça. Já há bastantes anos que alguns advogados, em matérias de negócios, de empresas, aconselham os seus clientes a não irem para Tribunal, mesmo tendo razão, e sabendo que têm razão, mas não vale a pena demora tanto tempo, depois há incidentes processuais e quando vier a sentença já não interessa nada. Mas, não é só a vida económica que é afectada pela justiça, são, basicamente, os direitos fundamentais da pessoa. Isso é preocupante de facto. Tendo, sobretudo, problemas na área económica, temos uma estagnação económica nos últimos dez anos, praticamente, estagnação. O país cresceu, curiosamente, o período em que a nossa economia cresceu mais foi entre mil novecentos e sessenta e mil, novecentos e setenta e três, até ao “choque petrolífero”, um bocadinho antes do vinte e cinco de Abril, aliás, eu acho que o primeiro “choque petrolífero” também influenciou o vinte e cinco de Abril. Eu lembrou-me de estar em Novembro de setenta e três, sete horas numa bicha, numa rua a descer, para encher de gasolina. Em Portugal, nessa altura, não só o preço da gasolina subiu para o dobro, como houve um boicote dos Países Árabes a Portugal, por ter deixado passar os aviões americanos que foram apoiar os israelitas na guerra que houve antes disso, na Guerra Israelo-Árabe e, nós tivemos grandes problemas de falta de combustível nessa altura. Isso também influenciou o ambiente em Portugal nessa altura, mas hoje estamos com uma crise económica grave, uma crise económica e uma crise financeira. E, o grande endividamento externo, como se sabe, é agora o problema, os mercados estão a exigir juros cada vez mais altos. Eu julgo que se fala muito na crise financeira nacional, ela, de facto, foi grave e é, porque ela ainda não acabou. Foi a crise mais grave desde mil, novecentos e vinte e nove e depois o que se seguiu, mas não é a crise mais grave portuguesa. Portugal até nem foi dos países mais afectados pela crise financeira internacional. A nossa banca não tinha aqueles produtos tóxicos, aqueles títulos que pareciam muito sofisticados e muito inteligentes, depois valiam pouco mais que lixo. Mas, o que nós temos é uma crise estrutural da nossa economia, que não começou agora, começou há mais de dez anos. Basicamente o que se trata, é de que nós durante tempo demais fomos competitivos nos mercados externos e nós somos um país com um mercado interno muito pequeno, a maior parte das actividades, sobretudo, as industriais, requerem uma escala muito maior e, portanto, temos que exportar e, durante muitos anos exportamos e fomos competitivos, com base na mão-de-obra barata. E, quando isso não chegava desvalorizava-se a moeda. Quando entrámos na moeda única, no fim da década de noventa, século passado, isso acabou, deixámos de poder desvalorizar. Eu acho que foi uma boa decisão que até nos protegeu nesta crise internacional, mas o que aconteceu foi que a moeda única tem exigências e essas exigências não foram reconhecidas, não foram defendidas por nós, seja a nível do Estado, seja a nível das empresas, seja a nível das famílias. Estão todos, hoje em dia, Estado, empresas, famílias, altamente endividadas. Não houve essa consciência, houve



um grande empenho em entrar na moeda única e cumprir os critérios de Maastricht, isto é, basicamente o deficit orçamental não podia passar os três por cento do PIB. Conseguimos isso mais à custa da receita fiscal, porque havia no fim dos anos noventa, segunda metade dos anos noventa, houve um certo crescimento da economia que se deveu ao aumento da receita fiscal, não houve corte na despesa. Depois a economia abrandou, começou a acontecer a partir de noventa, começou a falhar. Fomos, infelizmente, o primeiro país da Zona Euro a violar oficialmente o Pacto de Estabilidade com o deficit de dois mil e um. Voltando à questão estrutural das exportações, vivemos demasiado tempo com base nessas exportações de mão-de-obra barata. O momento em que a China entra no mercado mundial, isso aconteceu ao longo dos últimos dez anos, tornou-se particularmente significativo quando acabou o chamado “Acordo Multifibras”, tinha a ver com os têxteis, toda a gente já sabia que ia acontecer, toda a gente dizia que não podíamos continuar a viver com base na mão-de-obra barata. Dizia-mos, mas não faziamos. Houve muito pouco reconversão de indústrias e, portanto, no princípio do século, ou do milénio, se quisermos, começaram a fechar fábricas em Portugal, a deslocalizarem-se fábricas. De facto, competir com base em salários baixos em Portugal é pura loucura. Hoje em dia os salários asiáticos são baixíssimos, e outros, não são só os asiáticos. Temos que mudar de perfil, produtivo/exportador. Há uns indícios que alguma coisa está a acontecer. Nós hoje em dia em matéria de serviços tecnológicos, a tecnologia já somos exportadores líquidos, já há qualquer coisa, mas insuficiente ainda e, portanto, vivemos essa coisa trágica que é o desemprego a subir. Eu acho que, infelizmente, o desemprego não vai baixar tão cedo, porque estão muitas fábricas a fechar e poucas a abrir. As que abrem, e as que vão abrir, são fábricas que usam menos mão-de-obra, têm que ser tecnologicamente mais evoluídas, têm que ter mais equipamentos, são as que se chamem: mais capital intensivas, menos trabalho intensivas e, portanto, temos que nos preparar para bastante tempo ter desemprego alto, contra o que era tradicional em Portugal. Outro obstáculo que temos é a fraca qualificação dos portugueses, é verdade que houve um alargamento muito grande em relação ao passado, o que é o ensino secundário, o que é o ensino superior. Sou do Porto, no meu tempo, havia dois liceus masculinos no Porto e femininos, era muito pouca gente. Depois quando vim para Lisboa também era pouca gente que ia para a Universidade. Hoje em dia já não é assim. Mesmo assim, como sabem, pelos indicadores internacionais, nós estamos bastante mal situados em matéria de educação. Depois temos o problema eterno do deficit das contas públicas, que voltou a níveis muito altos por causa da crise internacional. Só um bocadinho por causa da crise internacional, não tanto como se diz, porque as medidas anti-crise, as medidas para espezitar a economia, sei lá, dar incentivos à compra de carros por troca de carros usados, outras coisas assim que se fizeram e muitas outras, não vou agora referir. O “pacote” português, digamos, em proporção ao PIB é um quarto do que é um espanhol, aliás, a crise em Espanha é muito mais grave neste momento, é muito mais forte. Mas, o problema é que temos que resolver, toda a questão do PEC e tudo isso, tem a ver com isso. Temos que ver se finalmente em democracia pomos as contas públicas em ordem. Tive esperança que com a entrada no Euro isso acontecesse, mas pelos vistos não aconteceu e há, sobretudo na população, uma grande frustração das expectativas. Eu acho que o vinte e cinco de Abril, até porque vivi isso, e vi muita gente com aquele aumento de salários a seguir ao vinte e cinco de Abril que passou a ter carro e passou a ter outras coisas. E há muita gente hoje que passou, digamos, da classe mais pobre para uma certa classe média/ baixa que já não acerta viver sem um certo de tipo de coisas que são mais simbólicas, são coisas importantes para a vida com certeza, mais são mais um valor simbólico e, por isso, como não têm rendimentos para pagar, endividaram-se e temos, hoje em dia, um grave problema de endividamento das famílias. Globalmente nós vivemos mais de dez por cento acima dos nossos recursos, quer dizer, aquilo que nós gastamos, o país todo, fica dez ou onze por cento acima do que



produzimos. Como é que tapamos esse buraco? Com empréstimos do estrangeiro e isso hoje em dia é o grande problema. Eu acho que houve aqui alguma irresponsabilidade dos governos, houve com certeza, porque uma grande parte da dívida é do Estado, mas houve, sobretudo, um optimismo excessivo nos últimos anos. Não é só de agora, já nos anos noventa havia isso: Não há crise as pessoas podem ir para a praia... E nós temos indicadores que são surpreendentes, nós somos o país da Europa com mais automóveis por habitante, ou por cem habitantes e não somos o terceiro país mais rico, se calhar, até somos o terceiro país mais pobre. Há assim umas coisas que, de facto, “não joga a bota com a perdigota”. Vamos ser obrigados que isso se faça, oxalá que não seja muito doloroso, que, pelos menos, não afecte muito os mais fracos. Acho que temos politicamente um problema sério em que o Estado é fraco, mete-se em tudo, mas é fraco. Como é fraco as corporações, isto é: o poder económico, as corporações profissionais, mandam cada vez mais em Portugal, o que não é, exactamente, o ideal para defender o bem comum, o bem de todos. Agora, porque é que nos desiludimos sempre, passando a uma rápida conclusão. Houve uma grande desilusão depois da Revolução Liberal, devo dizer, que foi a mais profunda das revoluções todas que eu falei, porque foi uma revolução que não só mudou o sistema político, mas que mudou uma data de leis ao nível do direito civil, do direito de família, etc., de uma forma radical. Depois a Primeira República, que ficou também muita gente desiludida e com o vinte e cinco de Abril começa a haver. Eu acho que nós confiamos demais, se calhar, nas mudanças das leis. Nós somos um país que acha que resolvemos tudo com leis e então estamos sempre a fazer leis, depois as leis não são cumpridas, não tem importância. E achamos que uma revolução, ou assim um grande golpe, uma coisa momentânea resolve os problemas, mas não resolve. Apostamos muito menos em esforço continuado, persistente. Somos muito bons no improvisado, como toda a gente sabe, mas não somos bons na persistência e isso é mais importante hoje em dia para a economia. Depois, dependemos muito do Estado, excessivamente do Estado, mas isso não é uma coisa de agora, é uma coisa que vem do “Tempo dos Descobrimentos”, mas que se foi agravando ao longo dos tempos. No século dezanove as pessoas queriam empregos, eram empregos do Estado, não havia empregos noutra sítio. Depois tivemos o Estado Novo, foi um regime muito estatizante, porque basta falar no regime do acontecimento industrial, que era preciso pedir autorização para criar uma fábrica, depois iam perguntar às já instaladas se achavam bem, geralmente achavam mal, claro, porque era concorrência. Enfim, isso vem de tempos imemoriais. As civilizações pós vinte e cinco de Abril agravaram isso, pensava-se que o Estado é que ia resolver tudo, nós temos esta relação com o Estado. Detestamos o Estado quando é para pagar impostos, naturalmente, procuramos enganá-lo o mais possível, mas quando há qualquer problema, venha aí o Estado. Eu lembro-me, na televisão, para aí há vinte anos, quando aquele “Império da Dona Branca”, enfim, o chamado “Esquema Ponzi”, o Magofe também utilizou, portanto, a Dona Branca está vingada, ela pagava juros muito bons com capital que ia entrando, aquilo tinha que acabar por ruir e ruiu. Nessa altura lembro-me de uma reportagem, suponho que na RTP, não havia outra televisão, junto à Avenida Almirante Reis, em Lisboa, havia uma grande fila de pessoas que queriam reclamar e que estavam a querer levantar o seu dinheiro e protestavam dizendo: Mas então o Governo tem que intervir. Eles estavam num negócio perfeitamente ilegal que não tinha “pés nem cabeça”, mas o Estado é que tinha que os salvar. É essa a nossa maneira de ser. Eu tive uma certa esperança que nós estarmos integrados na Europa, abrímos ao investimento estrangeiro... Nós sempre estivemos abertos ao investimento estrangeiro, sobretudo, a partir dos anos sessenta, mas virem estrangeiros para Portugal que ajudaria a mudar a nossa mentalidade no aspecto económico, a sermos mais amigos do risco, mais capazes de investir e de não andarmos sempre a pedir ajuda ao Governo, muitos dos empresários é que querem que o Estado seja guarda-chuva, um protector, penso que isso poderia ajudar a mudarmos a mentalidade.



De facto, alguma coisa pode mudar, nós vemos as pessoas escandalizadas, porque os espanhóis compraram terrenos à volta do Alqueva, pois compraram! Sabem cultivá-los, sabem regá-los e sabem plantar outra vez o olival que nós tínhamos abandonado. Temos que aprender com eles. Recordo-me de um médico irlandês, já de uma certa idade, que veio para Portugal fazer agricultura e depois mandou vir os filhos também, estava muito espantado, porque é que os portugueses se queixavam se podiam ganhar dinheiro na agricultura, ele ganhava. Nós temos que aprender com os estrangeiros. Vejam o caso da Auto-Europa. A Auto-Europa foi o último grande investimento estrangeiro que se está a afastar de Portugal, afastou-se de Portugal, foi para o Leste por várias razões. Mas a Auto-Europa foi importantíssima, não só como exportadora e como um ponto importante da nossa economia, mas foi essencial no ponto de vista das relações laborais. O acordo conseguido na Auto-Europa, que foi conseguido entre a administração da empresa e não com os sindicatos, mas a comissão de trabalhadores, foi um acordo que abriu perspectivas novas, por exemplo, a bolsa de horas e essas coisas, que são extremamente importante na actividade económica moderna, que é muito mais flexível. É pena que não haja mais Auto-Europas. Eu penso que só a sociedade civil poderá pôr menos apostas no poder político, embora tenha muito respeito por todo o poder político, seja a nível internacional, seja a nível nacional, as autarquias são a forma privilegiada de democracia pela proximidade que tem em relação às pessoas, mas temos que ser um pouco mais independentes como sociedade civil, sem estarmos sempre encostados ao Estado. Para terminar, julgo que devemos, sobretudo, neste período em que reflectimos muito, pensamos muito naquilo que falhou, as esperanças que não se concretizaram, devemos valorizar aquilo que temos. E termos, em primeiro lugar, democracia, liberdade de pensamento e de expressão como disse ao princípio. Ainda me impressiona ver pessoas a falar livremente, com pontos de vista diferentes, pacificamente, isso é muito importante. Eu sou jornalista, fui jornalista durante bastantes anos ainda com a censura e seria incapaz, hoje em dia, de voltar a ser jornalista com censura, porque é uma coisa que as pessoas mais novas não sabem, de facto, aquilo que é. Nós escrevermos um artigo, escrevermos um texto e esperar que a censura o deixe passar ou não, ou pior, os cortes que ela vai fazer. No meu último texto cortado pela censura, só por curiosidade, no Diário Popular, em Fevereiro de setenta e quatro, era uma referência a um relatório da OCDE que dizia: Portugal ainda não é um país desenvolvido, e a censura cortou-me a palavra não. Quer dizer, não podia ser aquilo, o sentido estava, completamente, ao contrário, não é? Temos a liberdade e, portanto, eu acho que é muito mau, uma tendência que começa a haver, que é de mesquinhar a democracia, dizer que afinal a democracia não interessa, o que era bom era uma ditadura para pôr o país na ordem. Isso acho que não. Melhorar a qualidade da democracia, com certeza, é urgente e importante. Não há regimes perfeitos, todos os regimes são imperfeitos, não há fórmulas perfeitas, mas olhar para o que temos e valorizar a liberdade que temos. Olhando bem para o passado, nós não só tivemos relações que deixaram alguma frustração, mas tivemos crises gravíssimas que fomos capazes de ultrapassar de uma maneira ou de outra. O vinte e cinco de Abril, manter-se a democracia num clima de crise económica internacional, que foi o primeiro “choque petrolífero”, gravíssimo num clima de grande agitação social. Há muitas coisas que já ultrapassámos e bem mais difíceis. Acho que não é o “Finis Patriae”, que já aqui falei que foi referido por Guerra Junqueiro. O país não acaba, o país já viveu muitas coisas. Também já foi referido, temos o grande trunfo de ser um Estado de Nação com as fronteiras mais antigas da Europa. Somos um país não muito grande, mas muito diversificado. Vim de Lisboa e a diversidade de paisagem, somos um país muito diversificado, mas culturalmente homogéneo. Não nos falta identidade nacional, o Professor Eduardo Lourenço até diz que nós temos um excesso de identidade nacional e eu sinto isso. Há países que têm esse problema de falta de identidade nacional. A Espanha tem um problema grave que ainda nos vai bater à porta



com as economias, porque fala-se que o catalão quer ser independente de Madrid e muitos galegos também querem isso e por aí fora. A Itália, nós vemos agora a Liga do Norte que quer que a Itália se parta ao meio e ficar só o Norte e deixar o Sul que eles consideram corrupto e mais pobre. Temos a Bélgica, que nunca foi bem um país, foi uma criação artificial. O próprio Reino Unido, em que a hipótese da independência da Escócia não é tão longínqua como isso e por aí fora. É um trunfo que nós temos para vivermos melhor e viver melhor depende de nós. Desculpem ter ultrapassado um bocadinho de tempo. Muito obrigado”.

----- O Senhor Presidente da Mesa usa da palavra dizendo o seguinte: “Queria agradecer a sua intervenção. Perguntava se alguém tem alguma questão a levantar, porque se não houvesse nenhuma questão a levantar, nós dávamos por concluída a nossa Sessão. Parece-me o mais adequado até porque a intervenção foi tão expressiva que deixou, perfeitamente, clarificados todos os pontos. Sendo assim agradecia a presença do Doutor Sarsfield Cabral. Foi, de facto, um momento muito alto desta nossa “Sessão Comemorativa dos Trinta e Seis Anos do Vinte e Cinco de Abril”. Agradecia a presença de todos, do Senhor Presidente da Câmara, dos Senhores Vereadores, dos Senhores Presidentes de Junta, dos Senhores Deputados Municipais, dos nossos Convidados, dos Cidadãos que quiseram estar connosco, os que nos estiveram a seguir através da Internet. Eu aproveitava para deixar o endereço, [www.epms.pt](http://www.epms.pt), onde esta Sessão depois pode ser visionada hoje ao longo do dia vai sendo passada em contínuo. Agradecer a estes jovens, operadores de câmara, operadores de som, na regi, lá dentro também, portanto, são jovens da Escola Profissional Mariana Seixas que hoje tiveram oportunidade de pôr aqui em prática os conhecimentos que estão a adquirir na Escola Profissional. Mais uma vez reiterar o agradecimento à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal por toda a organização na pessoa da Dona Isabel e agradecer a todos os serviços que são, de facto, sempre incansáveis. Agradeço a presença de todos. O almoço será no Salão Paroquial. Muito obrigado”.

----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às doze horas e trinta e sete minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim \_\_\_\_\_ Primeiro Secretário a secretariar a Sessão Extraordinária comemorativa do trigésimo sexto aniversário do vinte e cinco de Abril desta Assembleia Municipal e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
(António Joaquim Almeida Henriques)